

“Privatizar a água é crime. Defender a água, é defender a vida”

## CHANTAGEM

### FHC joga pesado para privatizar o Saneamento

Não há outra definição melhor: chantagem. Esse é o mais novo artifício do governo Fernando Henrique Cardoso, para tentar privatizar o setor de Saneamento e atender os interesses do capital internacional, ditados pelo FMI. Vale tudo na estratégia de pressão sobre os governadores para transformar a água em mera mercadoria. A mando de FHC, o deputado Roberto Brant (PSDB/MG) já está preparando um projeto de lei destinado a aparar as arestas jurídicas que impediram, no ano passado, a privatização da CEDAE. Ele confirmou que o governo federal vai conceder aos estados que optarem pela privatização um adiantamento do BNDES - referente ao valor de venda da Companhia - que poderá ser abatido no pagamento de sua dívida com o governo federal”. A chantagem, já denunciada pelo presidente da CEDAE, Marcos Montenegro, foi confirmada pelo secretário de Saneamento, Alexandre Cardoso: o governador Anthony Garotinho vem sofrendo pressões para privatizar a CEDAE em troca de recursos para a formação do Fundo de Previdência do Rio-“fundão” -, com o qual Garotinho pretende equilibrar as contas do Estado. Segundo ele, “FHC estaria tentando fazer com o governador do Rio o mesmo que fez com Victor Buaiz, do Espírito Santo: manipulou o governador capixaba até ele começar a incomodar e, hoje, afirma que Buaiz foi o governador mais incompetente que já conheceu”. Já o deputado Roberto Brant afirma que Brasília não vai impor nenhum modelo de privatização, mas o BNDES vai oferecer financiamento e consultoria aos interessados.

**CEDAE  
de volta  
ao caixa  
único**

O Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro publicou, no último dia 30 de março, o Decreto nº 25.226, do governador Anthony Garotinho, colocando todos os órgãos da administração direta, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sobre as quais o Estado tenha maioria do capital social com direito a voto, sob o regime do “caixa único”. Isto significa que o governador voltou atrás na sua decisão e subordinou novamente a receita da CEDAE ao controle do Tesouro do Estado, ignorando o fato de que a empresa é regida por uma lei específica - a Lei das Sociedades Anônimas. O Decreto proíbe a abertura, o encerramento ou qualquer modificação em contas bancárias, inclusive aplicações financeiras, e determina a transferência de todos os recursos arrecadados pelos órgãos do governo para a conta nº 3497.30.071-9, do Tesouro do Estado.





Associação dos Empregados de  
Nível Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Sala 601/602/607 e 902  
Telefones 263-6240/296-0025 - Ramal 102  
Telefax: 253-7482  
Home Page: aseac.com.br  
E-mail: aseac1@ism.com.br

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**Diretor Presidente**  
Dario Mondego  
**Diretor Vice-presidente**  
Paulino Cabral da Silva  
**Diretor Administrativo**  
Júlio César de O. Antunes  
**Diretor Financeiro**  
Edson Reis da Silva  
**Diretor de Comunicação**  
Jaime Dutra Noronha  
**Diretor Técnico**  
Márcio de Melo Rocha  
**Diretor Social**  
Antônio Carlos Álvares Grillo  
**Diretor Representante dos Aposentados**  
Walcyr Goulart Mariosa  
**Diretor Adjunto**  
João Benedito Lorenzon Mello

**CONSELHO DIRETOR**

**Representante dos Administradores**

Sérgio Rego Rodrigues

**Advogados**

Suell Kolling Turano  
Analistas de Sistemas  
César Lima da Graça

**Arquitetos**

Júlio Celso Bragança Gil

**Aposentados**

Armando Costa Vieira  
Edson Bittencourt Rosa  
Eliana Glória Peixoto

Leon Ambram

Maria Carmem M. M. Almeida

**Contadores**

Sérgio Pereira  
Demais Categorias  
Evandro Rodrigues de Brito

**Economistas**

Pedro Evandro Ferreira

**Engenheiros**

Álvaro Henrique C. Verocai  
Clóvis Francisco do Nascimento Filho  
Jonathas Ferreira Filho  
Márcio de Melo Rocha  
Renato Guerra Marques  
Sócios Aspirantes  
Júlio César de Oliveira Antunes

**CONSELHEIROS NATOS**

Antônio Inácio da Silveira, Walnyr Bittencourt de  
Oliveira, Emy Guimarães de Lemos, João Carlos do  
Rego Pinto, Renato Lima do Espírito Santo e Carlos  
Henrique Soares de Menezes e Jaime Dutra Noronha.

**CONSELHO FISCAL**

Efetivos: Aloísio Souza da Silva, José Carlos Filippo e  
David Fink. Suplentes: Antônio Bastos de Oliveira e  
Luiz Fernando F. Rodrigues.

**Produção e Edição**

Planin-Assessoria de Comunicação  
Tels: (021) 220-5031/224-5472

**Jornalista Responsável**

Carlos Emiliano Eleutério  
MTB: 12.524/RJ

**Editor de Arte**

Silvio Marinho

**Assistente de Arte**

J. Paulo

Março de 1999

Tiragem: 2.000 exemplares

**A** solução encontrada para fazer o reparo do pilar 504 do emissário submarino de Ipanema foi a melhor sob todos os aspectos. Além de trazer o menor impacto ambiental possível, levantou um amplo debate sob os problemas do sistema de esgotamento sanitário da Zona Sul da Cidade, envolvendo técnicos do estado, da própria prefeitura, universidades e Petrobrás. A análise é de técnicos da prefeitura, que elogiaram a decisão da CEDAE de aumentar os custos das obras, em cerca de R\$ 350 mil, de forma a poder fazer todas as manobras necessárias para que não houvesse despejo de esgotos na Enseada de Botafogo, evitando uma catástrofe ambiental, segundo análises de técnicos ambientalistas.

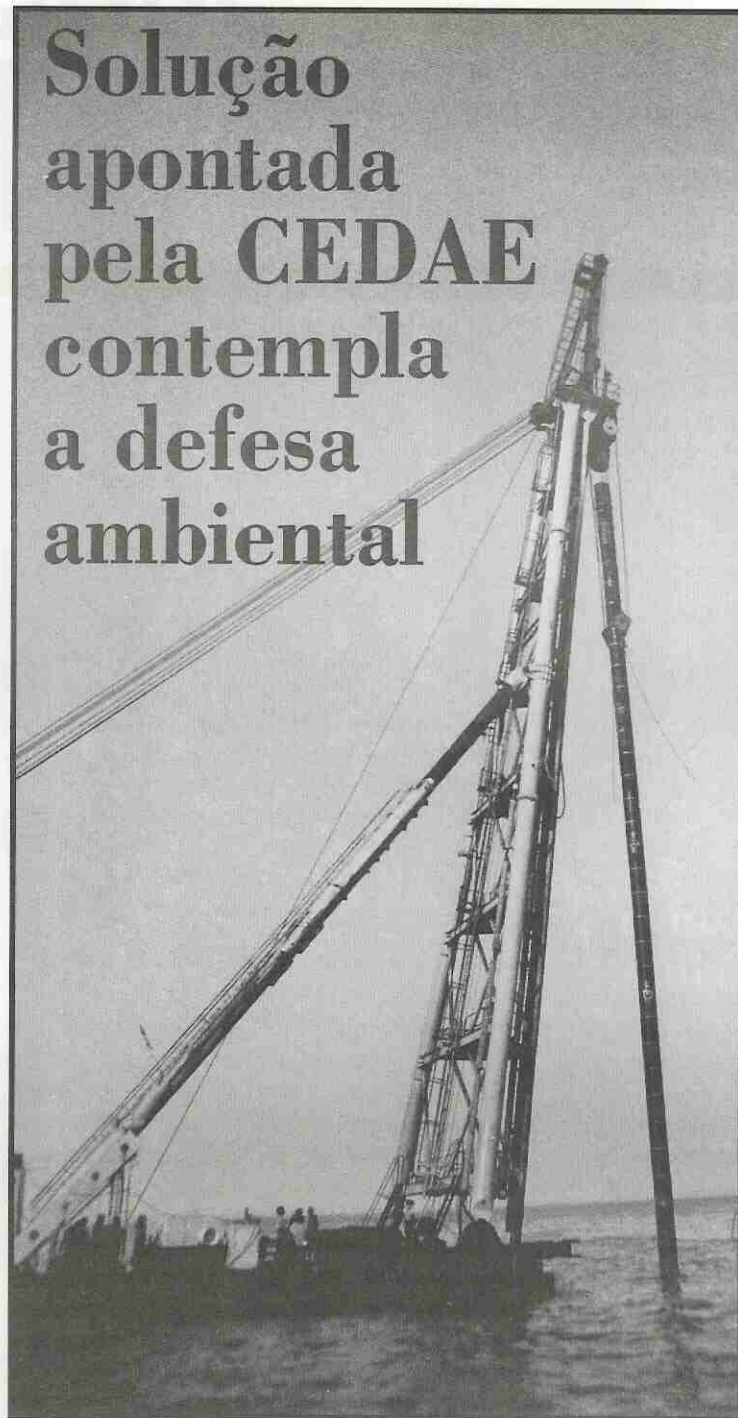
Para o presidente da ASEAC, Dario Mondego, a solução demonstra o amadurecimento da Empresa, que optou - após pressão da sociedade organizada e da própria prefeitura - por priorizar na discussão do reparo do emissário, além da questão técnica, a ambiental. Na opinião da sub-secretaria de Meio-Ambiente do município, Patrícia Carvalho, o debate amplo sobre o reparo do emissário foi super importante, também, porque possibilitou que estado e município trabalhassem juntos na procura de uma solução conjunta, que trouxesse menos problemas ambientais à população.

**Mudança de Enfoque**

O secretário de Saneamento do Estado, Alexandre Cardoso, explicou que a decisão com relação ao reparo do emissário considerou a vontade política do governo Garotinho de democratizar o debate, considerando, fundamentalmente, a solução menos danosa para o meio-ambiente: "Fizemos um debate amplo, transparente. E na hora de decidir, foram consideradas todas as ações possíveis para garantir o menor dano ambiental, priorizando a preservação da Enseada de Botafogo". Aliás, o presidente da Rio Águas, Carlos Dias, destacou a mudança de enfoque que houve na CEDAE com a posse do governo Garotinho e de Marcos Montenegro, na presidência da Empresa: "É preciso elogiar o comportamento desta nova CEDAE, mais aberta ao debate, ao diálogo, às soluções conjuntas". Entre as novidades positivas no relacionamento CEDAE/Prefeitura, ele destacou a formação de um grupo de trabalho para analisar a questão do despejo de esgoto na rede de drenagem, com o objetivo de melhorar a qualidade das praias da Zona Sul. Ainda, com relação ao emissário, Carlos Dias disse ser fundamental encontrar uma solução que possibilite a reforma total de todos os 69 pilares do emissário, que ameaçam tombar.

O próprio presidente da Empresa, Marcos Montenegro, reconheceu a urgência de se ter recursos para fazer o conserto de todos os pilares do emissário submarino de Ipanema: "A solução não é fácil, precisamos de cerca de R\$ 30 milhões para fazer o reparo de todos os pilares e de cerca de R\$ 90 milhões para construir um novo. Como equacionar essa questão, se os recursos públicos estão sendo utilizados para pagar os juros das dívidas, sejam do estado ou da Federação?"

**Solução apontada pela CEDAE contempla a defesa ambiental**



O conserto do Emissário Submarino de Ipanema, a exemplo do que ocorreu em outubro de 1991 (foto), exige alta tecnologia

**A obra de reparo**

Marcos Montenegro explicou que a previsão é de que as obras de conserto do emissário - previstas para serem iniciadas no próximo dia 12 durem de seis a 16 dias. Ao fazer um relato de como vai ser feito o reparo, ele salientou que três questões fundamentais foram levadas às últimas consequências para garantir a preservação da Enseada de Botafogo: 1ª) parar o emissário o menor tempo possível; 2ª) despejar os esgotos nos locais onde haja menor prejuízo ambiental; 3ª) reter o esgoto, por um certo tempo no interceptor oceânico, de forma a reduzir os lançamentos.

Segundo o presidente da CEDAE, fundamental foi a participação da Petrobrás, que dividiu o trabalho em etapas para que entre uma e outra houvesse possibilidade de bombeamento de esgoto, via emissário. Embora, para isso tivesse aumentado o valor do serviço - que deverá ficar entre três a quatro milhões de reais:

"Evidentemente que como estamos trabalhando em uma situação, aonde o emissário está a quatro quilômetros da praia e nós vamos estar trabalhando a 900 metros da praia, quando houver a interrupção entre uma etapa

e outra, o esgoto vai estar sendo lançado naquele ponto - a 900 metros da praia de Ipanema -, ou seja em um local que tem uma capacidade de renovação de troca de água muito boa. Quer dizer, teremos um impacto bem menor, principalmente porque parte do esgoto estará guardado no interceptor, durante o dia. Os lançamentos só serão feitos à noite pois a Petrobrás vai trabalhar no reparo durante o dia". O restante dos despejos serão lançados no costão da Urca e no costão do Vidigal - onde o processo de dispersão também é grande, devido as correntes marinhas.

Para garantir que não haverá mesmo riscos para a Enseada de Botafogo, o engenheiro explicou que a Empresa foi obrigada a fazer um conjunto de obras e desobstruir um túnel, que não é usado há anos e que serve de extravasor da Elevatória do Leblon: "O objetivo dessas obras - avaliada em R\$ 350 mil - é possibilitar, se for necessário, que o esgoto armazenado no interceptor oceânico seja jogado no costão da Niemayer". O mais importante é que com essas obras, a partir de agora, em caso de acidente no Emissário a CEDAE fica com uma opção que lhe possibilita não fazer despejos na Enseada de Botafogo.



# Da dúvida à certeza

Desde menino, entendi o provérbio: "um olho no padre, o outro na missa". Por isso, é que, em momento algum, não desprendi um olho do "padre". Foi dessa forma que se me apresentou a dúvida quanto a pureza de princípios de Anthony Garotinho, ainda em sua campanha às eleições para governador. Olhava-o nos olhos, em diversos encontros nos quais a ASEAC estava presente, e o meu "feeling" gritava: desconfiável! Revejam os seus discursos de campanha, inclusive os debates. Atenção para as entrelinhas.

Não contávamos com muitas alternativas de luta para vencer o grupo dos Alencar, coadjuvante dos pretensos exterminadores da gestão pública do Saneamento Básico. Fingir desentendimento fazia parte do jogo para tê-lo como aliado e o foi e nos livrou, naquele momento, da privatização, obsecada vontade dos Alencar, escudeiros de FHC.

Amargava os meus sentimentos de dúvidas e perscrutava os futuros adversários. Pensava em voz alta: "Estamos lutando contra diversos inimigos. Alguns ocultos. Todos com o mesmo objetivo, embora em tempos e formas diferentes, para privatizar o Saneamento Básico".

Hoje, todos já se revelaram. O último foi Anthony Garotinho, dissimulado aliado ou aliado temporário. Enganou a muitos, principalmente aos crédulos trabalhadores da CEDAE em encontros, inclusive, nos Urbanitários.

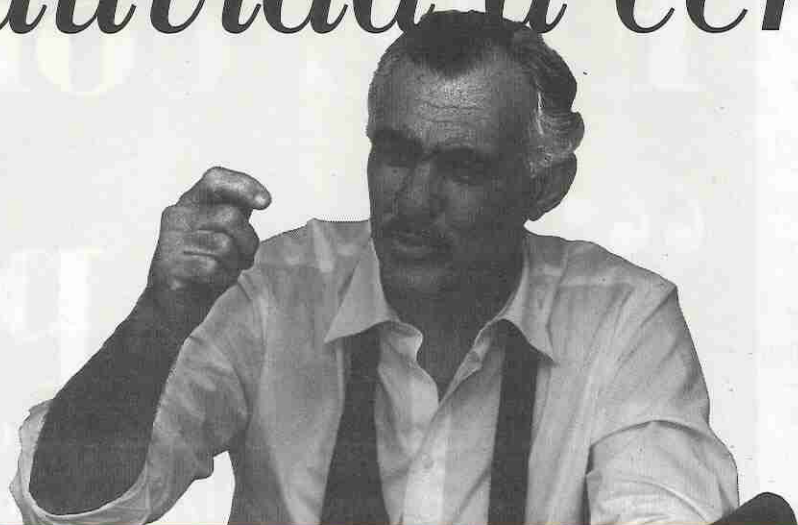
Temos a certeza e a visão cristalina dos nossos riscos. Só um elmo é capaz de proteger o idealismo em nossas cabeças, em prol da gestão pública do Saneamento Básico.

Ameaça-nos o voraz capital internacional que, dentre os seus interesses no Brasil, está o monopólio das águas e do esgotamento sanitário, também. A sua coluna é o FMI, que encaminha e caminha para a consumação do Brasil colônia contemporânea. Os globalizados seres do FMI são como os "vírus" - infectam as economias desalinhas, frágeis e dependentes, em busca do FIM colonizador, como está ocorrendo no nosso país. Hoje, o FMI é um meio. Amanhã, espera-se que, como todos os impérios do passado, tenha o seu FIM. Será passado, também.

Temos no governo federal, em toda a sua estrutura, uma perfeita sintonia, fortalecendo o antipatriota FHC, atuante "entregador" do patrimônio público que, inclusive, pretende, entregar o Saneamento Básico para a exploração econômica do capital internacional especulativo do lucro. Para tanto, se utiliza até de chantagem, através do BNDES, impondo trocas aos governos estaduais, economicamente "falidos", consequentemente, dependentes de recursos financeiros federais, condicionando a privatização dos serviços essenciais, "si ne qua non", dentre eles, principalmente o de Saneamento Básico, através da venda das estatais, como a CEDAE, invertendo, desumanamente, de social para econômico, essa atividade de pura competência e gestão pública governamental.

Temos a corrida das prefeituras da metrópole do Estado do Rio, na busca do eldorado em dólar, assessorados pelas empresas nacionais, economicamente inferiores às de capital internacional, lutando pelo fatiamento da CEDAE em seus municípios. O Município de Niterói, do Prefeito Jorge Roberto da Silveira, é o exemplo clássico que, aliás, em decorrência de Ação da Aseac em conjunto com o Sindicato de Niterói, corre o risco de ser impedido por Liminar, já que o Estado não cumpriu, até hoje, inicialmente de 72 horas, o prazo para se pronunciar, e Niterói falou de "bananas" quando lhe foi perguntado sobre "laranjas".

Temos um novo governador que, a cada dia, se exteriori-



**“O namoro - ou amizade - entre o governador Anthony Garotinho e os franceses começou, aparentemente, na sua primeira viagem, depois de eleito, à França, onde, a portas fechadas, foi recebido pela Lionnays des Eaux. Hoje, junto com a sua Vice-governadora Benedita, passeiam em seus Peugeot.”**

za nas suas intenções. É a certeza. O fato de que nos deu um prazo de um ano é outro engodo seu, vez que esse prazo coincide com o prazo estabelecido pelo FHC, para tentar, ao seu final, reverter o quadro jurídico que lhe tem sido desfavorável, comprovado no Rio de Janeiro. A meta, em tal prazo, é a promulgação de uma legislação capaz de conciliar a prática da privatização do Saneamento Básico nacional com os preceitos constitucionais.

O "namoro ou amizade" entre o governador Anthony Garotinho e os franceses começou, aparentemente, na sua primeira viagem, depois de eleito, à França, onde, "a portas fechadas", foi recebido pela Lionnays des Eaux. Hoje, junto com a sua Vice-governadora Benedita, passeiam em seus Peugeot. Pode se tratar de um afago ou agrado de um amor fervente!

Temos a ineficácia e ineficiência da CEDAE. Doença iniciada em governos anteriores e agravada pelos Alencar. A enferma CEDAE está em diagnóstico. Depende, principalmente, de seus anticorpos - os empregados em toda a hierarquia funcional-gerecinal, técnica e operacional, para chegar ao estado de convalescência. O seu estado é mórbido e inspira cuidados. Os remédios que o governador Anthony Garotinho ministra são letais - a política e o caixa único. Está gerando na CEDAE o distúrbio entre os empregados e cresce, a cada dia, as disputas internas, escudadas em seus partidos, integrantes da aliança que o apoia. Paralelamente, como consequência, marcha-se para a desobediência aos princípios elementares da unidade de direção. A sua posição contraditória, hoje declarada, dá-nos a certeza, também, de que contribui, intencionalmente, para o desejado fracasso do êxito do desafio de a CEDAE soerguer-se em um ano. Se tal acontecer, aí está o seu grande argumento junto à sociedade, reconhecendo, dissimuladamente, que a gestão pública da CEDAE é inviável. Esta estratégia está sendo fomentada! O governador não é um inocente útil! Garotinho, só no apelido político!

A prática é diferente do discurso. Garantiu publicamente a autonomia financeira da CEDAE, para oxigenar-se com investimentos indispensáveis reprimidos e reclamados pela sociedade e, como mola propulsora, capaz de soerguer a CEDAE pública. Recuou e, por Decreto, a colocou no seu retrógrado Caixa Único, urdido pelos mesmos pregadores do passado, que retornam ao seu secretariado de governo. Desta feita, não pouparam nenhuma dotação, nem mesmo os recursos provenientes do exte-

rior, captados para financiar projetos aprovados por organismos cedentes, até internacionais.

Temos na CEDAE uma situação de risco para o agravamento de sua saúde. São os empregados aliados do governador contraditório. Esses aliados, quero crer, são inocentes úteis, que ajudam-no a praticar a política intencional. Para a CEDAE, urge que haja a autonomia, e esse grupo reedita o "Joaquim Silvério dos Reis", que tanto mal fez à independência tentada por Tiradentes.

Aos meus olhos, esta é a realidade dos fatos que vão matando a CEDAE, que, apesar de tudo, vem resistindo aos maus tratos das incompetências governamentais e das pressões para soluções, a curtíssimo prazo, sem recursos, de problemas antigos, engavetados. Como exemplo, recentemente, o emissário submarino.

Vencemos a primeira grande batalha. Tenho certeza de que todas as outras, que se nos apresentarem, as venceremos com a mesma fibra, se nos dispusermos a isto, novamente. Pensei que estava solidificada a união. Não está.

Seguem-se, agora, algumas indagações fundamentais:

- o quadro social da Aseac, como na primeira batalha, está disposto a continuar na luta pelo Saneamento Básico na gestão pública, através do seu instrumento CEDAE?

- está disposto, para tanto, a reiniciar as contribuições extras financeiras para cobrir as despesas com a luta?

- está disposto a juntar-se com outras lideranças internas para discutir e tirar compromissos capazes de erradicar o interesse pessoal postulante e outros, inclusive o político, abdicando até a sua linha partidária, se esta interferir como impedimento ao soergimento da CEDAE? Ostentar a bandeira do Saneamento Básico público é a razão maior da luta!

- está disposto a estreitar os laços de interesse comum com a sociedade civil organizada, através de suas lideranças, para uma convivência harmoniosa e frutífera, em prol da qualidade dos serviços e do soergimento e manutenção da CEDAE pública?

- está disposto, afinal, a realizar uma Assembléia Geral Extraordinária, para a discussão destas e de outras proposições? Olha que a participação seria indelegável e injustificável a ausência, exceto em casos excepcionalíssimos.

A Aseac tem sido o "front" da resistência, subsidiando, assessorando e até intermediando junto a todas as outras instituições internas. Até quando? Depende de todos.

Finalmente, pode parecer uma ameaça ou um paradoxo. Não entendam, assim. Eu tenho um compromisso básico na presidência da Aseac - a luta. Estou jogando com transparência e admito a crítica, como me é peculiar. Se a decisão do corpo social for de indiferença à situação reinante, omitindo-se nas reações, hoje, necessárias, estarei sendo levado a entender que morremos no renascimento. Aí a minha dedicada utilidade na Aseac se encerrou e que devo retornar à inatividade da aposentadoria de empregado da CEDAE. Entretanto, sou um cidadão ainda com vitalidade, em que pese a idade, e, como tal, continuarei pregando em todos os recantos a minha ideologia: - Saneamento Básico é saúde pública; a água e o esgoto não são mercadorias a mercê da exploração econômica, isoladamente; o econômico é tão somente o meio para se alcançar o fim social.

**Dario Mondego**  
 Presidente da ASEAC



## Brasília quer trocar dívidas dos estados pela privatização

Apesar das pesquisas de opinião afirmarem que cerca de 75% da população do país são contra a privatização do Saneamento, o Governo Federal vai “jogar pesado” este ano para vender as estatais do Setor. E a estratégia principal é resolver a questão jurídica sobre quem é o poder concedente dos serviços de água e esgotamento sanitário. Para isso, o presidente FHC encomendou ao deputado Roberto Brant, PSDB/MG, uma lei para o Saneamento, que considere todas as questões mais polêmicas, a fim de evitar conflitos judiciais que venham impedir a privatização do setor.

Em entrevista exclusiva ao Jornal da ASEAC, Roberto Brant confirmou a orientação do presidente da República no sentido de que o parlamentar se articulasse com os órgãos executivos do governo federal

(Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, Caixa Econômica Federal - CEF -, Secretaria Nacional de Habitação e Saneamento e Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda), para discutir o melhor caminho para privatizar o Setor.

Segundo o parlamentar tucano, a primeira medida tomada foi pedir ao presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA), que suspendesse a tramitação do projeto de lei 266 do senador José Serra - atual ministro da Saúde - que retira dos municípios a titularidade dos serviços de Saneamento. Roberto Brant explicou que foi prontamente atendido pelo líder do PFL, que lhe garantiu a aprovação imediata desse ou de outro projeto qualquer que ele apresente.

### Clareza jurídica

“A nossa idéia é aproveitar o projeto de lei do Serra no que ele tem de bom e propor as emendas necessárias, de forma a dar clareza jurídica ao problema. A preocupação do presidente é de que tenhamos uma forma jurídica, uma definição intelectual, que não seja objeto de contestações importantes e que garanta o interesse do investidor privado”. Roberto Brant disse que está descartada a hipótese de uma reforma constitucional para definir melhor a questão da titularidade do Saneamento, porque demoraria de um a dois anos: “Até o momento, a melhor solução apresentada para as Regiões Metropolitanas é a da titularidade compartilhada. Estados e municípios vão ter que chegar a um acordo. Mas, estamos ouvindo juristas e todos os setores que tiverem contribuições a dar com relação à questão. Acredito que, em 90 dias, teremos pronta uma proposta a ser levada ao presidente FHC e para aprovação do Congresso Nacional”.

Com relação à regulação do Setor, o deputado tucano explicou que este é outro problema: “Estamos sugerindo que a agência fiscalizadora seja estadual para evitar a corrupção. Se a fiscalização for de competência dos municípios as concessionárias terão mais oportunidades de não cumprir os contratos, utilizando-se da corrupção. E isso é perigoso”.

Ele garantiu que o governo federal não vai obrigar nenhum estado a privatizar as suas empresas de Saneamento. Agora, aquele estado que optar pela privatização vai receber um adiantamento do BNDES - referente ao valor de venda da Companhia - que poderá ser abatido no pagamento de sua dívida com o governo federal: “Vamos dar um exemplo, se o governador Garotinho resolver privatizar a CEDAE, ao invés de ter de gastar 12% de sua arrecadação de ICMS com o pagamento da sua dívida, poderá abater durante alguns anos uma parte desse percentual. Ou seja, poderá pagar ao governo federal, por cinco ou sete anos, apenas 5% de sua arrecadação”. O deputado afirmou que o governo federal não vai impor nenhum modelo de privatização, mas que o BNDES oferecerá financiamento e consultoria aos interessados. Por fim, concluiu:

# FHC começa a “jogar pesado”

Governo federal quer promover um “arrastão” nos estados para privatizar o Saneamento. Além de não liberar mais nenhum tostão - nem mesmo do FGTS - as empresas públicas de Saneamento estaduais não terão sequer aval para contrair financiamentos internacionais.





“A análise do BNDES e da CEF é de que as empresas de Saneamento no Brasil não têm capacidade para pagar as suas dívidas. Portanto, o governo federal não vai investir mais nenhum tostão nelas, nem mesmo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Além disso, as empresas públicas de Saneamento não terão também aval para contrair financiamentos internacionais. Quem não privatizar, vai ter de fazer as ampliações, aumentar os seus sistemas com recursos próprios - o que me parece difícil, pois todas as empresas têm problemas de caixa. É preciso esclarecer que haverá recursos do BNDES para novos investimentos, desde que as empresas sejam privatizadas”.

### Frente prepara resistência

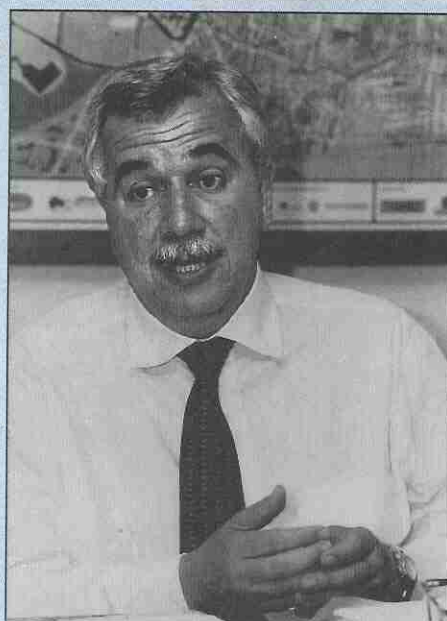
Para o secretário geral da Federação Nacional dos Urbanitários, Abelardo de Oliveira Filho, a situação é difícil: “Na verdade, a privatização do Saneamento faz parte do Acordo da renegociação da dívida do Brasil com o FMI, e nós sabemos que o governo federal vai jogar pesado para conseguir vender as empresas, principalmente, as estaduais. Agora, através da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental, estamos nos organizando, definindo estratégias para tentar impedir, brechar as ações do governo FHC. No último dia 17 de março, a Frente se reuniu, em Brasília, na Comissão de Desenvolvimento Urbano, da Câmara dos Deputados e, entre outras medidas, decidimos procurar o presidente do Supremo Tribunal Federal -STF-, Marco Aurélio Mello para lhe pedir que espere uma decisão do Congresso Nacional, antes de julgar o mérito das Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADINs -, impetradas durante a tentativa de privatizar a CEDAE. Ele nos sugeriu que procurássemos o relator Maurício Corrêa e colocássemos a questão. Vamos fazê-lo”.

Abelardo explicou que, hoje, preocupa ao Setor que o STF julgue o mérito das ADINs movidas pelo PDT, PT e pelo PFL, contra a lei complementar 087/97, aprovada na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - através da qual o governo estadual tomou para si a titularidade dos serviços de Saneamento nos municípios que compõem a Região Metropolitana: “Isto porque o parecer do relator das ADINs, Maurício Correia, diz que a titularidade do saneamento nas Regiões Metropolitanas deve ser compartilhada entre estados e municípios, ou seja, atende aos interesses do Governo Federal. Portanto, queremos antes que o STF julgue o mérito dessas ações, trabalhar mais no Congresso Nacional, a fim de conseguirmos uma base de apoio para impedir a aprovação de uma lei que facilite a privatização do Setor”.

O secretário geral da Federação Nacional dos Urbanitários disse que entre os parlamentares contrários à privatização destaca-se o presidente da Comissão de Saneamento de Desenvolvimento Urbano, Sergio Novais, PSB/CE. Ele informou ainda que já está marcada para o próximo dia 13 de abril, no Congresso Nacional, em Brasília, uma mesa redonda com os presidentes das empresas dos estados governados por partidos de oposição, para que se discutam opções: “Serão convidados os presidentes das empresas estaduais de Saneamento dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Acre e Alagoas e Rio Grande do Sul. Apesar do estado de São Paulo ser governado pelo PSDB, convidamos também o presidente da SABESP”.

Ao fazer um balanço nacional, o líder dos urbanitários considerou que o projeto de privatização das empresas estaduais está mais adiantado na Bahia: “Até 92, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento - Embasa - tinha cerca de oito mil empregados. Hoje, tem cerca de quatro mil apenas. Além disso, o governador César Borges, do PFL, se antecipou à discussão nacional da titularidade e conseguiu aprovar na Assembléia Legislativa uma lei que diz que a titularidade é estadual. É claro que esta lei é inconstitucional e o sindicato dos Urbanitários vai entrar na justiça. Mas, a direção da empresa não está ligando para questões legais, demitindo inclusive dirigentes sindicais”.

Abelardo de Oliveira Filho explicou que a Federação aprovou, em nível nacional, o slogan PRIVATIZAR A ÁGUA É CRIME, DEFENDER A ÁGUA, É DEFENDER A VIDA.



ALEXANDRE CARDOSO,  
SECRETÁRIO DE SANEAMENTO

“FHC está tentando fazer com Garotinho o mesmo que fez com Victor Buaiz. Tratou o governador Capixaba com carinho até ele começar a incomodar e hoje diz que Buaiz foi o mais incompetente de todos os governadores.”



MAURÍCIO CORREIA  
RELATOR DAS ADINs

Nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade que estão em julgamento no Supremo Tribunal Federal, o parecer do relator Maurício Correia diz que a titularidade do Saneamento deve ser partilhada entre estados e municípios



Anthony Garotinho  
GOVERNADOR

Garotinho garantiu em sua campanha que era contra a privatização do Saneamento, mas hoje parece estar cedendo às pressões de FHC e já admite vender parte das ações da CEDAE para capitalizar o seu Fundo de Previdência

## Secretário confirma pressões

O presidente Fernando Henrique Cardoso dificilmente vai liberar os recursos da Previ-Banerj, de cerca de R\$ 4,2 bilhões, para que o governador Anthony Garotinho possa compor o “Fundo”, considerado fundamental para o equilíbrio das contas do Estado, porque isso faz parte do processo de pressão desencadeado pelo governo federal para forçar a privatização da CEDAE.

A conclusão é do secretário de Saneamento do Estado, Alexandre Cardoso, lembrando que cabe ao governo do Estado rejeitar essa proposta. Segundo ele, em vez de se preocupar, simplesmente, em privatizar as empresas de Saneamento, o presidente FHC deveria se assessorar de forma mais competente, para não perder tempo com a formulação de leis inconstitucionais: “Um avanço para o setor seria a inclusão do conceito de “Região” na Constituição, pois de outra forma não é possível falar em esgotamento sanitário ou em implantação de uma ETA respeitando, ao mesmo tempo, as bacias hidrográficas..

Na visão do secretário, que também é deputado federal pelo PSB, a decisão de FHC de solicitar ao deputado Roberto Brant um projeto de lei para o Saneamento só vai criar novos conflitos constitucionais, “pois qualquer pessoa poderá arguir a inconstitucionalidade dessa lei, uma vez que a Carta Magna não terá sido modificada”. Para Alexandre Cardoso, com a nova configuração das Regiões Metropolitanas, o conceito de que o município é o Poder Concedente dos serviços de Saneamento, como define a Constituição, fica fragilizado. “Não existem mais municípios para setores como assistência médica e saneamento nos grandes centros urbanos. Como saber, hoje, onde começa Jaboa-tão e termina Recife, em Pernambuco; onde começa Caxias e termina São João de Meriti, no Rio de Janeiro”, indagou.

Quanto à pressão de Brasília para vender a CEDAE, o secretário acha que a questão tem que ser muito transparente: “Na Baixada Fluminense, 700 mil pessoas não pagam água, recebem e não pagam, porque não podem pagar. Qualquer empresa privada - cujo objetivo é o lucro - que fornecer água a essas pessoas e não receber por isso, vai cortar a água delas, é evidente. E o Estado é quem vai ter que abastecer essa população, para evitar o surgimento de doenças de veiculação hídrica e o aumento da mortalidade”.



# População de Niterói quer a CEDAE sob gestão do Estado

Debates apontam para a responsabilidade social do Poder Público no Saneamento

**A** população de Niterói é contra a entrega da CEDAE à iniciativa privada, através da concessionária Águas de Niterói, como pretendia o prefeito Jorge Roberto Silveira (PDT/RJ), contrariando a própria orientação de seu partido. Pelo menos foi o que ficou claro, durante o Seminário realizado no último dia 15 de março, na sede do Conselho Regional de Engenharia (CREA), em Niterói, reunindo representantes de várias entidades civis do setor, além de lideranças sindicais e comunitárias do município. Dos debates, foi gerada a "Carta de Niterói", um manifesto da sociedade contra a privatização do Saneamento e, particularmente, da CEDAE em Niterói.

O encontro foi marcado por críticas severas da própria população ao governo local, principalmente pelos representantes de associações de moradores dos bairros menos favorecidas, que acusaram a prefeitura de manter "um discurso diferente da prática" para, em seguida, defenderem a preservação da CEDAE na área pública. Eles se baseiam na "fatídica" experiência da CERJ, cujos serviços, depois de privatizados, pioraram muito. "Sem falar do absurdo que ocorre em algumas comunidades carentes, onde pessoas que nem geladeira têm e recebem contas astronômicas, em torno de R\$ 140,00".

Além de outras entidades, o Seminário contou com apoio do CREA/RJ, Sindicatos dos Trabalhadores de Água e Esgotos de Campos e de Niterói, Sindicato dos Engenheiros, Federação Nacional dos Urbanitários, Sindicato dos Urbanitários, Sindicato dos Administradores, Associação Fluminense dos Trabalhadores de Água e Esgotos (AFTAE), Associação Fluminense de Engenheiros e Arquitetos (AFEA), Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental e Movimento de Cidadania pelas Águas de Niterói.

## Questão polêmica

Depois de ouvir a saudação do presidente do CREA, José Chacon de Assis, o presidente da ASEAC, Dario Mondego, abriu o Seminário, que contou, também, com a presença do presidente da CEDAE, Marcos Helano Montenegro, além de alguns diretores da Companhia. Apenas um vereador de Niterói compareceu ao debate, embora todos tenham sido convidados.

Um dos pontos mais polêmicos do encontro ficou por conta do advogado e jurista Marcelo Cerqueira, que está patrocinando a ação movida pela ASEAC e Sindicato de Niterói, solicitando à justiça o cancelamento do convênio assinado pelo ex-governador Marcello Alencar e pelo atual prefeito de Niterói, no qual ele se baseia para tentar a transferência da CEDAE à concessionária Águas de Niterói. Cerqueira, que considera o documento "ilegal, inconstitucional e imoral", anunciou também que está aguardando um parecer do Instituto dos Advogados sobre a questão.

Depois de ler alguns trechos do documento, o jurista afirmou que, no Brasil, é impossível haver concessão de serviços públicos, citando o caso da Light: "Quando a empresa foi concedida, no início do século, a própria tarifa previa uma parcela destinada à amortização da transferência aos canadenses. Faltando 12 anos para a concessão acabar, na década de 80, durante o governo Geisel, o Brasil deveria pagar 1/12 avos para reaver a empresa, mas pagou 90%", denunciou. Segundo Marcelo Cerqueira, em toda concessão, quando o contrato entra na fase final, as concessionárias simplesmente não investem mais ou querem cobrar tarifas exorbitantes. "A CEDAE é um exemplo disso: se não tivéssemos impedido a sua privatização, hoje estaríamos pagando a conta d'água com base no índice Dow Jones, da Bolsa de Nova Iorque", acrescentou. Além disso, o conjunto de bens que formam os sistemas mantidos pela Companhia foi pago pela sociedade, portanto, pertence a ela e não ao Estado. "O governo não pode dispor

deles, pois são de toda a coletividade", concluiu.

Um quadro negativo da situação do setor de Saneamento em países que optaram pela privatização dos serviços, como a Argentina e a Inglaterra, foi traçado pelo vice-presidente da Federação dos Urbanitários, Luiz Gonzaga Tenório, com base em estudos e acompanhamentos que vêm sendo feitos pela entidade. Na Argentina, por exemplo, segundo ele, as contas foram majoradas em até 300% e os consumidores são obrigados a conviver com as tarifas impostas pelas concessionárias privadas.

Tenório disse ainda que a mesma concessionária que opera na Argentina - a Lyonnaise des Eaux - assumiu os serviços no município de Limeira, em São Paulo, onde a população já está tendo problemas com a qualidade da água. Acrescentou que o mercado de água no Brasil vem despertando grande interesse das multinacionais do setor envolve: são cerca de 316 municípios com mais de 50 mil habitantes, que movimenta cifras próximas a R\$ 7 bilhões por ano. "É claro que as multinacionais querem esse filet mignon e certamente vão querer ter lucro com isso. O problema é que esse lucro jamais será investido em saneamento, na certa vai para o bolso de alguém", alertou.

Ao comentar o caso específico de Niterói, o vice-presidente da Federação dos urbanitários disse que tanto a CEDAE quanto as demais companhias de Saneamento do país precisam se modernizar, "mas a última coisa que se quer é que o Estado perca o controle desse importante instrumento de saúde pública".

Bastante enfático em seu pronunciamento sobre os aspectos técnicos da questão, o vice-presidente da AFTAE, Heleno Silva e Souza, explicou o funcionamento do sistema de abastecimento de Niterói, alertando para a ocorrência de problemas no atendimento à população de São Gonçalo, caso a empresa seja privatizada em Niterói, devido à interligação existente. Depois de criticar a ausência dos vereadores do município, Heleno afirmou que o prefeito de Niterói "não conhece a miséria de seu próprio município, porque nunca subiu um morro". Em seguida, explicou a solução apontada pela CEDAE para resolver o problema da Região Oceânica, que já está sendo examinada pela nova direção da Casa, e encerrou seu discurso com uma frase de Guimarães Rosa: "A água é exatamente igual à liberdade. A gente só sente falta quando ela acaba".

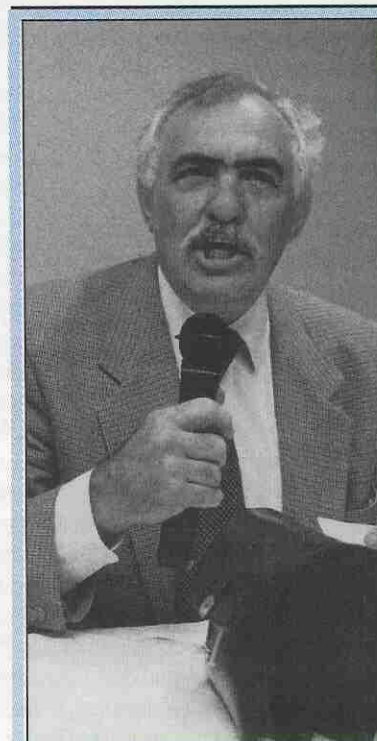
O último a se pronunciar foi o vice-presidente do Sindicato dos Urbanitários, Luís Carlos Vieira Dantas, que falou das dificuldades de mobilização da categoria contra as privatizações devido a onda de demissões que essas empresas vem implementando, após a transferência para a iniciativa privada. "Somente a Light está ameaçando demitir mais 600 pessoas, o que certamente dificultará ainda mais a prestação de um bom serviço". Em seguida, demonstrou sua satisfação pelo fato de os trabalhadores do setor de Saneamento terem conseguido um forte aliado à sua causa - "a sociedade" - que hoje entende que a preservação do setor na esfera pública é uma responsabilidade de todos", afirmou.

Ao encerrar o Seminário, o presidente da ASEAC afirmou que o governo Marcello Alencar tentou destruir a CEDAE para privatizar a Companhia, mas não conseguiu. "Costumo dizer que eles conseguiram comer a carne, mas não roeram os ossos, que somos nós. Colocaram até um "rato" dentro da Secretaria de Obras, mas não conseguiram. E são esses ossos que vão reerguer a CEDAE. Felizmente, agora temos o apoio da sociedade e não temos mais na presidência um advogado e nem na direção financeira da empresa, que fatura R\$ 1,2 bilhão, um técnico de contabilidade". Em seguida, pediu à população, representada pelas associações de moradores, que exponha os erros da Companhia, "pois nossa bandeira política é a comunidade, o cidadão, o homem - que não pode viver sem a água e nem conviver com o esgoto", concluiu.



"Se não tivéssemos impedido a privatização da CEDAE, hoje estaríamos pagando a conta d'água com base no índice Dow Jones, da Bolsa de Nova Iorque."

MARCELO CERQUEIRA, JURISTA



"Nossa bandeira é o homem, o cidadão, que não pode viver sem água, nem conviver com o esgoto."

DARIO MONDEGO,  
 PRESIDENTE DA ASEAC





O Seminário contra a privatização em Niterói reuniu praticamente todas as entidades do setor de Saneamento

## Montenegro garante que Garotinho apóia

O Presidente da CEDAE, Marcos Helano Montenegro, garantiu que o governador Anthony Garotinho não tem qualquer comprometimento com o documento assinado, "ao apagar das luzes" da gestão passada, entre o prefeito de Niterói, Jorge Roberto Silveira, e o ex-governador Marcello Alencar, para transferir o sistema operado pela Companhia, naquele município, à concessionária privada "Águas de Niterói".

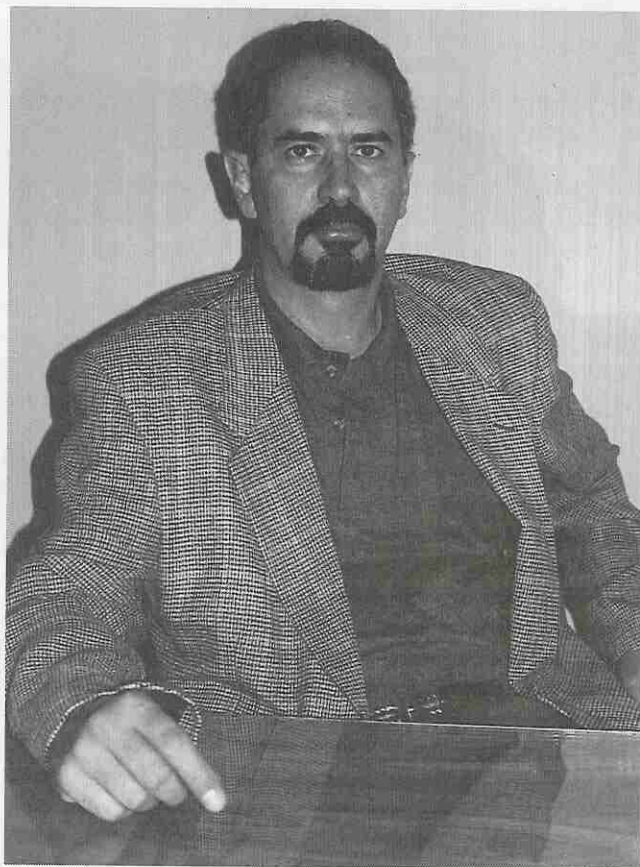
A declaração foi feita durante a sua participação no Seminário que discutiu os riscos para a população local da privatização do Saneamento em Niterói. Segundo Montenegro, o atual governo do Estado é contra a privatização e essa é a posição que tem sido passada a ele pelo próprio governador. "Ele já avisou, através da própria imprensa, que é contra a venda da CEDAE para capitalizar o fundo previdenciário, mesmo achando que o Fundo é vital para o equilíbrio das contas do Estado", garantiu.

### Mobilização social

Ao falar sobre a questão do Saneamento como política social, Marcos Montenegro elogiou a intensa participação da sociedade no Seminário, afirmando que "o problema só tem solução no plano político e da mobilização social". Ele classificou a tentativa de privatização do setor como "estratégia antipovo, antidemocrática, porque é contrária aos interesses da sociedade".

Ele sintetizou sua visão na atual realidade do país, onde 18% da população não têm água tratada e cerca de 50% não dispõem de serviços de coleta de esgotos. "Esse desatendimento está concentrado na faixa de menor renda, agravando as suas condições de vida e saúde". Na sua visão, a situação do Saneamento no Brasil reproduz o perfil da distribuição de renda do país do Estado do Rio: "mais água para quem tem mais renda e menos água para quem tem menos renda, o que faz dos serviços de Saneamento um instrumento de injustiça e não de justiça social", afirmou.

Marcos Montenegro criticou a atitude do governo federal que vem se empenhando na busca de mecanismos para privatizar o setor, estimulando o sucateamento e a desmoralização das companhias estaduais, conforme foi tentado pelo ex-governador Marcello Alencar. "Os recursos do FGTS, por exemplo,



estão fechados para as empresas públicas. E a chantagem pode chegar ao ponto de colocarem as companhias de saneamento como alternativa de captação de fundos para cobrir as despesas com inativos, pois hoje esse é o grande problema da maioria dos estados brasileiros. Pelo mecanismo da chantagem, o governo federal alega que a solução é vender o resto do patrimônio público", disse o presidente da CEDAE.

- Nossa proposta é virar 180 graus para atender à população com serviços de qualidade. Mas essa é uma briga de longo prazo, não é uma corrida de 100 metros rasos - explicou. Montenegro defende uma nova relação com a sociedade e com os trabalhadores, "que precisam colocar toda a sua energia na construção de uma CEDAE que seja pública e democrática, que pague os salários daqueles que trabalham, mas que busque a eficiência. No momento, estamos prestando um serviço que não pode deixar a população satisfeita, mas queremos buscar uma aliança com a própria população para superar os problemas que estamos enfrentando", concluiu.

## "CARTA DE NITERÓI"

"O ser humano não pode ser submetido ao risco de não ter água para beber - organicamente, ela é imprescindível. Por isso, a água não pode se constituir em negócio, no qual só os que têm poder aquisitivo a alcançam no preço da iniciativa privada."

Esta foi a principal conclusão do documento intitulado "Carta de Niterói", extraído do debate realizado naquele município. Elaborada por um grupo representado por todos os segmentos da sociedade, após quatro horas de exposições e intensos debates, a "Carta de Niterói" condena a privatização dos serviços de Saneamento. O documento afirma que não se trata de um movimento contra a iniciativa privada: "A nossa reação é legítima, porque é contra o homem público que confunde seu interesse pessoal com o interesse social, colocando-o a reboque daquele. No caso de Niterói, a sociedade já manifestou sua vontade, nas urnas, com o voto a favor de Anthony Garotinho, comprometido com a preservação da Cedae pública e não fatiada", afirma a Carta.

Lamentando a ausência de representantes da Prefeitura de Niterói e da Câmara Municipal daquela cidade nas discussões de interesse direto da sociedade local, o documento apresenta uma série de proposições ao governo municipal, na tentativa de alterar o quadro imposto pela prefeitura, que ignora a vontade popular. Entre outras, o documento, assinado por todas as entidades representativas do setor, traz as seguintes propostas:

Que os projetos voltados para a despoluição da Baía de Guanabara venham a ser examinados pela Cedae, à luz de discussão com a sociedade, inclusive a de Niterói; que a prefeitura suste a sua ação judicial que vem impedindo, desde 1997, que a Cedae licite as obras de abastecimento de toda Região Oceânica; que a prefeitura suspenda imediatamente a pretensa entrega da distribuição da água e da coleta de esgotos à exploração da iniciativa privada, desmistificando a farsa da municipalização; que o governo de Anthony Garotinho, eleito pelas forças partidárias da aliança, não permita o rompimento pelo PDT, em Niterói, do programa daquela aliança que norteou a política de defesa da Cedae pública, sem fatiamento; que o governo de Anthony Garotinho, a exemplo de sua decisão de retirar a Cedae do caixa único do Estado, implemente a transformação da Cedae através de um novo modelo de gestão, no qual o enfoque seja o compartilhamento da gestão com os municípios e com a participação da sociedade; que o governo de Anthony Garotinho chame a si a questão política na Cedae, evitando a politicagem que está prejudicando a unidade de comando capaz de soerguer a Cedae pública de que necessita a sociedade; que a Câmara Municipal de Niterói não mantenha a omissão nessa questão, de profundo interesse da sociedade, considerando que o saneamento básico é prioridade para o cidadão, que cabe àquela casa legislativa defender por outorga do voto.



# O desastre da privatização da água

Deputado Sérgio Novais\*

Muita gente faz menção ao mundo como planeta azul, 70% coberto por água. Na realidade, 97,5% de toda a água da terra é salgada e somente 2,5% água doce. Cerca de 70% dessa água doce está localizada nas calotas polares da Antártida e Groenlândia, e a maior parte do restante corresponde à umidade do solo ou os aquíferos subterrâneos muito profundos e que não podem ser utilizados pelo homem. Por conseguinte, somente acessível para o consumo humano menos de 1% da água doce do planeta.

A humanidade dispõe, apenas, de nove milhões de quilômetros cúbicos de água utilizável para a sobrevivência de mais de 5 bilhões de pessoas. O líquido vital é escasso, perigando tornar-se fonte de lucro e poder.

Poluição e desperdício vêm reduzindo, nos últimos 50 anos, o volume disponível de água potável. Essa redução, que em média mundial é de 62,7%, ultrapassa na América do Sul e África a faixa dos 70%. Secas, erosões do solo, desertificação dos ecossistemas, contaminação industrial e urbana são causas corriqueiras de subtração da água consumível.

A água tratada e o saneamento ambiental são fundamentais para a qualidade de vida. A cada ano, cerca de três milhões de pessoas, sobretudo crianças, morrem em virtude das doenças de veiculação hídrica e alimentar. Um quinto da população humana não dispõe de água potável, sequer instalações sanitárias adequadas.

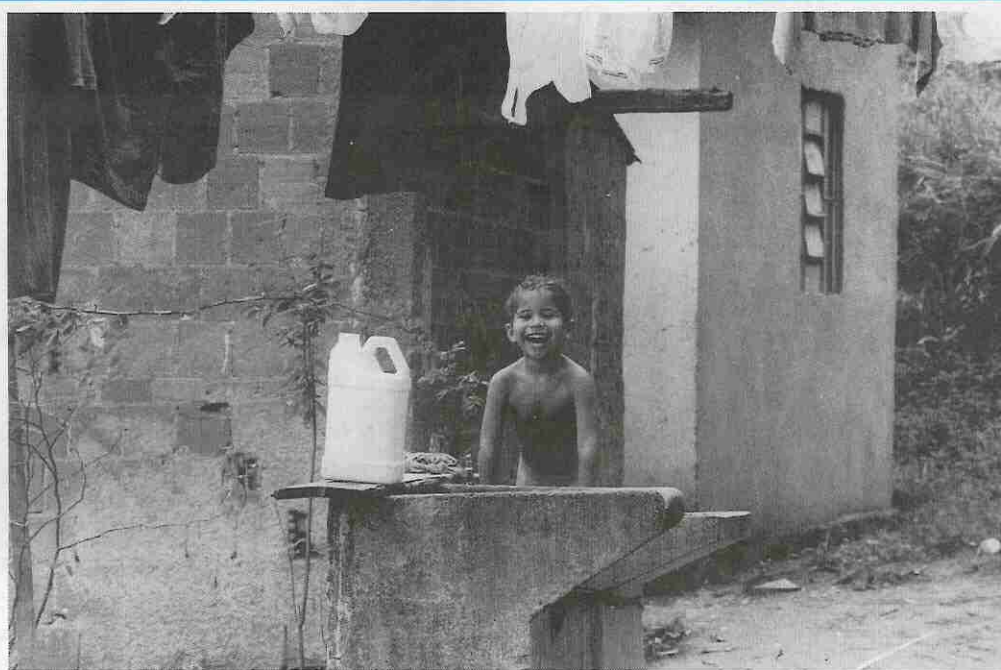
O quadro de carência mundial estimulou intenções perversas de restringir o direito universal ao saneamento em privilégio do poder aquisitivo. Estamos falando da privatização dos serviços de água, iniciada nos primórdios da malfadada aventura neoliberal, na Inglaterra de Margareth Thatcher. Naquele país, passados já 10 anos da venda das estatais, as tarifas são 10 vezes mais caras, as empresas não cumpriram as metas estabelecidas para os investimentos. O serviço teve uma queda considerável de qualidade. Esse quadro, somado ao conseqüente desemprego, fez ruir o governo conservador naquele país, os trabalhistas assumiram as rédeas e estão em parte revertendo a insensatez.

As águas turvas da privatização se alastraram. França e Itália ressentem-se, hoje, de vexame semelhante ao inglês. Nestes dois países, além da desqualificação dos serviços, há o agravante da corrupção e tráfico de influência do poder político. O ex-ministro francês Alain Carrigton, condenado à prisão, e boa parte da extensa lista dos punidos pela operação mãos limpas, na Itália, revelam as ligações perigosas entre poder público e setor de Saneamento privado. Há quem acredite que isto não venha a ocorrer no Brasil. Reservo-me aqui o benefício da dúvida.

O mar de lama do Saneamento privatizado expandiu-se do primeiro mundo para a América Latina, nossos vizinhos argentinos, que veneram o sistema de abastecimento de esgotos de Buenos Aires e outras províncias. As francesas Lyonnaise des Eaux e Générale des Eaux amargam o custo quadruplicado das tarifas e o descumprimento das metas de investimentos.

## Brasil abundante em água

O Brasil é o alvo da cobiça dos que especulam com a água. Nosso país, dado o seu potencial hídrico, é filão apetitoso para quem deseja drenar lucro explorando o consumo de água. Afir-



Com o Saneamento sob a responsabilidade do Poder Público, mesmo a população que não pode pagar recebe o serviço

“Se, nas condições atuais, muitos somos os que privados estão dos serviços de saneamento, imagine-se o desastre se em nosso país este setor for privatizado.”

nal, somos um território privilegiado, possuímos mais da metade das reservas d'água da América do Sul e 12% do total mundial. São aproximadamente oito mil km<sup>3</sup> por ano. Na Amazônia, encontra-se a maior bacia fluvial do mundo. Só o rio Amazonas representa 16% de todas as águas dos rios mundiais. Porém, justamente na Região Norte, onde situa-se nossa maior reserva de água potável, temos os piores índices de atendimento no abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Se a abundância é uma dádiva natural, o governo brasileiro vem, pessimamente, gerindo seus recursos hídricos. Desperdício beirando a taxa de 40%. Mais da metade dos depósitos de lixo do país, implantados em rios, lagos e restingas, somados à contaminação dos recursos hídricos por agrotóxicos, metais pesados, petróleo, esgotos.

A água ou a sua ausência tem propiciado dividendos políticos e facilitado a corrupção. No Nordeste, as estiagens periódicas, estigmatizadas como o drama da seca, facilitaram a secular e ilícita “indústria” da seca e comboios de carros-pipa. A conhecida manipulação do voto em troca da água. O controle, pelos mais ricos e poderosos, sobre a perfuração de poços, construções de açudes e canais.

O Nordeste, embora seja a região brasileira com maior escassez de água, possui uma média de quatrocentos milímetros de chuva por ano. Isto é quatro vezes mais do que a média da Califórnia, estado norte-americano que é um verdadeiro celeiro agrícola. Em suma, o que falta ao povo nordestino, de fato, não é somente água. A desconcentração da terra e irrigação não interessam ao latifúndio improdutivo. Há sede no Nordeste, é sede de justiça, que será saciada pela conquista da reforma agrária e uma política de recursos hídricos.

O drama brasileiro, em se tratando dos serviços de Saneamento, embora de conhecimento geral, convém ser relembrado, a fim de que se desperte as consciências dos responsáveis e que o povo se mobilize em indignação, na defesa de seus direitos.

Somos 70 milhões de brasileiros indispondo de serviços de água; 90 milhões sem esgotamento sanitário; oitenta milhões sem coleta de lixo.

Estes dados sanitários alarmantes denunciam um verdadeiro genocídio. As fontes oficiais confirmam que 65% das internações hospitalares, para crianças de até 10 anos de idade, decorrem de doenças causadas pela falta de saneamento (diarreias, desidratações, cólera, hepatite e dengue). Não é preciso dizer qual o poder aquisitivo desta população doente.

A exclusão do direito a água é mais uma conta no rosário de injustiças sociais que os poderosos impõem à maioria dos brasileiros. Na placidez de águas superficiais e quietas, mas que o agito da revolta, torrencial, um dia fará transbordar, inundando nosso solo de verdade, de dignidade, de igualdade.

Se, nas condições atuais, muitos somos os que privados estão dos serviços de saneamento, imagine-se o desastre se em nosso país este setor for privatizado.

Privatizar o consumo de água é tornar o Saneamento mercadoria, cujo preço se realiza através do equilíbrio entre a oferta e a procura. Em resumo: tem quem pode pagar. Esta lógica aliena o conceito de saneamento como saúde pública e se torna perversa em um país como o Brasil, com os graves problemas que já abordamos.

\*Sérgio Novais é deputado federal pelo PSB / CE